



## Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – JULHO DE 2017

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Teatro Afonso Arinos do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Claudio Partes, representante do segmento de artes plásticas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes do Instituto Municipal de Cultura e Esportes Maria Luísa Rocha Melo, Rosane Guitarelli, Leonardo Randolpho, Marcelo Fernandes e Leandro Kronemberger, contando ainda com as seguintes presenças: conselheiro Jaime Moreno, representante do segmento de literatura; conselheiro Pedro Fernandes, representante do segmento de teatro; conselheiro Guilherme Barcelos, representante do segmento de cultura de rua; conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais; conselheiro André de Amorim, representante do segmento de música; conselheira Solange Albergaria da Silva, representante da Secretaria de Governo; conselheira Deise M<sup>a</sup> C. Goettbauer, representante da Secretaria de Educação; conselheiro Fernando Werneck Sindorf, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; conselheira Wanderléya de Oliveira e seu suplente Felipe Laureano, representantes do segmento de dança; conselheira Aline Castela, representante do segmento de audiovisual; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante do segmento de escolas de samba e blocos carnavalescos, e conselheira Lourdes da S. Petronilho e sua suplente Simone Izidio C. G. Vivarini, representantes do segmento das culturas afrobrasileira, indígena e popular. Também presentes os visitantes Luiz Marcello (segmento de teatro e de literatura), Antenor Carvalho (segmento de cultura germânica), Diana Iliescu (segmento de audiovisual), Priscila Castro (Studio/Cia. Hip-Boi & Movimento Sô Forrozeiro), Cássia Lúlce dos Santos Hammes (MUNEPE – FESP), Marcelo Valverde Xavier (FESP), Paulo Roberto Andrade Dantas (assessor jurídico da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica), Andressa Canejo (Ascom), Cristina Lima, Paulo Campinho, Marcio Reis Werderits, Yuri Moura (pres. Do Bloco Boa Praça), Fabio Souza (Bloco GRBC Guerreiros da Vinte), Juari Xavier da Silva (pres. Do G.R.B.C. Guerreiros da Vinte), Eliane Peçanha dos S. Xavier (Bloco G.R.B.C. Guerreiros da Vinte), Dafne de Souza Silveira (Cia. Construção Cena), Elisabeth Souza Silveira (Cia. Construção Cena), Neiva Voigt (Movimento Art & Cia.) e Renato França (dança de salão).

Claudio Partes abriu a reunião anunciando a pauta desta assembleia, sendo:

- Publicação do Edital de Seleção de Projetos Culturais 2017
- Relato sobre as prévias do Fórum dos Segmentos Artísticos ocorridas na Região Serrana
- Plano Plurianual 2018
- Editais de projetos culturais para 2018

Realizadas a leitura e aprovação das atas das assembleias ordinária e extraordinária ocorridas no mês de junho.

Dando início à pauta, Claudio Partes relatou que encaminhou no dia 25 de junho o Edital de Seleção de Projetos Culturais aprovado em reunião anterior e conforme deliberado nessa assembleia, à Assessoria Jurídica do IMCE, e que no dia 06 de julho o mesmo ainda não havia sido publicado por conta de impeditivos legais detectados no documento. E que se reuniu com Leonardo Randolpho e com a dra. Rogéria Canedo, assessora jurídica do IMCE, para discutir sobre estas questões e procurou também Nara Zeitune, do Fórum Serrano de Gestores Públicos de Cultura, para entender melhor o funcionamento de editais como este. Lamentou a demora do Instituto para detectar os impeditivos do edital, o que, no seu entender, poderia ter sido identificado e contornado há mais tempo. Leonardo Randolpho então esclareceu que já havia sido estudada uma solução para esta questão, pois quando encaminhou o edital para a Assessoria Jurídica do IMCE, foi orientado por ela de que era preciso abrir licitação para a sua execução, devendo ser regido pela Lei Federal nº 8.666/2003 para destinação de recurso direto. Acrescentou que, apesar de presidir o Conselho durante três anos e durante este tempo o CMC direcionar os recursos do Funcultura sem passar por processos licitatórios,

desconhecia o fato de tal procedimento não estar dentro da legalidade. Sendo assim, havendo a licitação, respeitando toda a essência do edital aprovado, sem alterá-lo conceitualmente, implicará também na desburocratização do processo de execução dos projetos. Esclareceu que, diante disso, não será possível a delimitação das concorrências dentro do município de Petrópolis, assim como a dinâmica de que os projetos sejam submetidos ao crivo dos segmentos, o que caracterizaria o edital como restritivo na seleção. Apresentou como única desvantagem a necessidade de sua abertura ser estendida por mais quinze dias para inscrições, sendo esta a partir do dia 12 de julho a 30 de agosto, e informou que o edital está pronto para ser publicado. Lembrou que, conforme deliberado, a Comissão de Projetos Culturais será a responsável por analisar e pontuar os projetos, e o Departamento Jurídico e de Licitações da PMP serão os responsáveis pela viabilização deles, o que gerará um maior rigor nos critérios de escolha. O período de vigência do edital compreenderá os meses de outubro a dezembro, de forma a garantir sua execução. Apresentou como outra vantagem a facilitação na prestação de contas, uma vez que será preciso que o proponente elabore e encaminhe relatório conceitual de execução, ao invés de prestar contas ao setor financeiro item a item, como anteriormente. Acrescentou que, como critério de aprovação, será levado em conta se o que foi descrito neste relatório contempla com o que foi proposto inicialmente. Aline Castella perguntou se pessoas físicas poderão concorrer, ao que foi respondida que, de acordo com a exigência de formalização dos processos, só poderão concorrer pessoas jurídicas. Claudio Partes manifestou que seria importante que, a partir deste edital, seja preciso para discutir e elaborar futuros editais-modelo ainda em novembro deste ano, de tal forma que não seria preciso que o CMC gastasse mais tempo nas reuniões debatendo sobre itens de editais, passando a discussões sobre os recursos a serem destinados, propriamente ditos, ou apenas se a legislação fosse alterada ou se algum segmento apresentasse algum detalhe específico que devesse ser levado em conta nestes editais. Dessa forma, os debates a serem realizados dentro do Conselho seriam conceituais e não textuais como atualmente. Guilherme Barcelos manifestou contrário à retirada da concorrência de pessoas físicas no edital, dizendo ser esta uma medida restritiva, citando o exemplo dos editais do Ministério da Cultura e da Secretaria Estadual de Cultura que permitem a inscrição por meio de CPF, e Leonardo Randolph esclareceu que é permitida a inscrição pelo MEI, lembrando que a restrição não é do CPF, mas do pagamento mediante a emissão de RPA, considerado ilícito neste caso. Guilherme Barcelos insistiu que esta medida acarreta no impedimento de que os agentes culturais que não possuem CNPJ possam se inscrever, o que faria com que o edital não fosse de fato para livre concorrência. Leonardo Randolph respondeu que irá seguir as orientações da Assessoria Jurídica do IMCE, e que não irá assinar nenhum documento que não fosse respaldado por ela, mesmo que outras esferas entendam o contrário. E que é preciso de que se tenha o entendimento de que ele está subordinado a uma legislação. Márcio Werderits ponderou que é preciso que, para operar o dinheiro público, haja maior preocupação com o mínimo de formalidade, e que abrir um MEI é fácil e rápido. Guilherme Barcelos respondeu que, como ele, outros agentes culturais não têm condição de arcar com os custos de um MEI. Outros presentes concordaram que é fácil e viável ter um MEI e começou um debate e trocas de experiências acerca do assunto. Leonardo Randolph lembrou que esta medida também tem a vantagem de sair mais barata ao proponente que, sendo pessoa física, precisaria apresentar todas as certidões exigidas, o que geraria um custo maior. E que, além do mais, em um critério de desempate dentro de editais públicos, quem possui MEI por lei tem prioridade sobre os demais. Ivo Mendes solicitou a palavra para propor aos conselheiros um encontro somente com a sociedade civil para que discussões como estas sejam melhor debatidas e amadurecidas.

Perguntado sobre o resultado do edital de ocupação dos espaços do Centro de Cultura Raul de Leoni, Marcelo Fernandes informou que todas as propostas enviadas foram aprovadas e serão contempladas.

Dando prosseguimento à pauta, Claudio Partes discorreu sobre a prévia do I Fórum de Segmentos Artísticos ocorrido em Santa Maria Madalena da qual ele participou. Disse que optou por não participar do encontro em Nova Friburgo, pois em Santa Maria Madalena estaria agendado o encontro com, dentre outros segmentos, o de artes visuais. Lá, ao serem apresentados os segmentos contemplados, observou que o segmento de artes visuais não estava pautado, pois o seu encontro,

segundo os organizadores, já havia ocorrido em Nova Friburgo, fato que foi desmentido por outros participantes que estiveram naquele município. Sendo assim, achou lamentável que o segmento de artes visuais não tenha sido de fato pautado em nenhum município. Jaime Moreno, que participou do encontro do segmento de literatura em Nova Friburgo, achou a discussão do grupo insatisfatória, uma vez que foram pautadas somente questões relativas a bibliotecas. Wanderléya de Oliveira achou que o encontro foi proveitoso, gerando inclusive novos agendamentos em Petrópolis, e Pedro Fernandes também se mostrou satisfeito com os resultados. Leonardo Randolph propôs que o CMC elaborasse um documento com o relato dos participantes, a ser enviado ao Conselho Estadual de Políticas Culturais. Claudio Partes chamou a atenção para o fato do poder público ter disponibilizado, nos dois dias dos encontros, uma van para os locais, e que, em um dos dias, apenas três pessoas se dispuseram a ir. Lamentou o desinteresse da sociedade civil em participar das discussões de política públicas e frisou que, com esta postura, torna-se difícil reivindicações futuras. Lembrou que, quanto maior o número de pessoas participantes de eventos como este, mais aprimoradas se tornam as visões e discussões acerca das políticas públicas culturais.

Claudio Partes lembrou a todos sobre o início, em setembro, do processo das eleições dos novos representantes das cadeiras da sociedade civil para o próximo biênio. Aproveitou para comunicar o desligamento das conselheiras Jaqueline Ferreira e Monica Valverde, titular e suplente do segmento das culturas afrobrasileira, indígena e popular respectivamente, bem como a apresentação das novas representantes eleitas, Lourdes Petronilho (titular) e Simone Vivarini (suplente), conforme documentado em ata anexada.

Prosseguindo a reunião, deu-se início aos debates acerca do Plano Plurianual-PPA e Leonardo Randolph solicitou a palavra. Disse que nunca houve esta discussão dentro do CMC, sendo importante que se garanta o montante dos recursos destinados à pasta da cultura. Relatou que no governo do Paulo Mustrange 1% do orçamento geral era destinado à cultura, e no governo do Rubens Bomtempo este percentual caiu para 0,5. Dessa forma, destacou que este seria o momento certo para a luta por um repasse maior, devendo-se vislumbrar, no mínimo, pelo retorno do valor de 1%, considerando ainda que este recurso advindo do PPA seja para o cumprimento do Plano Municipal de Cultura. Informou que os atuais 800 milhões de reais ao ano do orçamento geral, se ultrapassado o percentual de 1%, geraria, em quatro anos, um valor médio de 41.195 milhões de reais para a cultura, significando um valor médio previsto, dentro de uma progressão, de mais de 10 milhões de reais ao ano. Dessa forma, propôs que o CMC endossasse e referendasse tal pleito. Claudio Partes destacou a importância do fazer cultural dentro do desenvolvimento da economia local, frisando o quanto esta cadeia produtiva impacta positivamente em um município, sendo fundamental, entretanto, que este repasse não estacionasse no valor de 1%. Leonardo Randolph encaminhou a elaboração de ofício assinado pelo CMC a ser protocolado no Gabinete constando a sua aprovação unânime do atual conceito do PPA e manifestação da importância e apontamento deste mesmo conselho para que o município ordene o mínimo de 1% de seu orçamento anual para a pasta da Cultura, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

Aline Castella aproveitou para lembrar sobre a Lei Municipal de Incentivo a Projetos Culturais e o funcionamento do Escritório do Petrópolis Film Commission, ao que Leonardo Randolph respondeu que, quanto ao último item, não entende que o diretor-presidente do IMCE devesse ocupar a presidência deste comitê, e que vem estudando uma proposta de uma nova composição, de forma a designar que a ocupação desta presidência seja de alguém diretamente ligado ao segmento de audiovisual.

Claudio Partes apresentou críticas com relação ao evento Deguste, que acontece regularmente na Praça Visconde de Mauá, sendo que, da forma como está sendo montado, impede totalmente a visibilidade do Centro de Cultura, bem como sua entrada, o que não condiz com o propósito de integração deste projeto, que é de cunho cultural e turístico, com o próprio prédio que abriga as manifestações culturais locais. Leonardo Randolph sugeriu o encaminhamento de um documento oficial do CMC sobre esta questão. André de Amorim frisou que um evento deste porte deve, ao contrário, agregar valores, e sugeriu que ele também passe a divulgar, em sua estrutura, os eventos que estão acontecendo dentro do Centro de Cultura.

Pedro Fernandes questionou o fato do Centro de Cultura estar fechado aos sábados, ao que Leonardo Randolfo respondeu que está trabalhando para que seja viável a sua reabertura nos finais de semana, e informou que contratou monitoramento na escadaria do prédio como medida inicial de segurança. Quanto aos banheiros, anunciou que será lançado um edital público para licitação de obras para reforma.

Leonardo Randolfo também esclareceu quanto ao funcionamento do Coral Municipal, destacando sua importância por ser o único corpo artístico de excelência do município e, por isso mesmo, merecedor de muita atenção e critério por parte da gestão. Anunciou que em agosto será publicado edital de seleção para a sua formação.

Cristina Lima perguntou sobre as reformas das galerias, ao que foi respondida que estão previstas para iniciarem em agosto, começando pelo andar térreo do prédio, ou seja, na Galeria Djanira. Claudio Partes acrescentou que atualmente não há qualificação em nenhuma das três galerias para realização de exposições. Pedro Fernandes perguntou quanto às reformas do Teatro Afonso Arinos, ao que foi respondido que neste ano não terão os recursos necessários para tal. Neiva Voigt perguntou sobre o uso da Sala Guiomar Novaes para realização de ensaios de dança e Leonardo Randolfo respondeu que o anexo do Teatro D. Pedro será reformado para utilização do segmento.

Dando início aos informes gerais, Ivo Mendes da Silva solicitou a convocação do prefeito para reunião com o segmento para o mês de agosto a fim de discutir sobre o Carnaval em 2018. Aproveitou para divulgar o lançamento e batizado da Escola de Samba Império de Petrópolis, a se realizar no dia 16 deste mês na Boate Fênix. Encaminhou reunião com a sociedade civil organizada para discussões sobre assuntos divergentes, ao que foi agendada, em comum acordo, para acontecer no dia 14 de agosto, às 16h, ou seja, duas horas antes da assembleia ordinária do CMC.

Jaime Moreno divulgou a realização, pelo segmento de literatura, do evento literário gratuito “Escrita e Canção”, que inclui apresentações de música, dança e poesia, no dia 14 deste mês, a partir das 14h na Casa da Educação.

Lourdes Petronilho anunciou que no dia 25 de julho, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher Negra, a Câmara Municipal, juntamente com o grupo Mulheres Negras de Petrópolis e o Movimento Negro Unificado, fará entrega de moções congratulatórias em homenagem às mulheres destacadas pelo trabalho e atuação em defesa dos direitos femininos e contra a discriminação racial.

Aline Castella divulgou a retomada do Cinema 360º, dentro da ação dos Cineclubes Livres, com exhibições de filmes integrantes da Mostra do Filme Livre 2017, na Sala de Cinema Humberto Mauro, no Centro de Cultura, nos dias 20 a 25 de agosto, às 19h.

Felipe Laureano anunciou a realização do segmento de dança de mais uma edição do Dançar por Dançar, que irá acontecer entre os dias 10 e 13 de agosto no Teatro D. Pedro.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Claudio Partes.

Petrópolis, 10 de julho de 2017.

---

**Maria Luísa Rocha Melo**  
1ª secretária – CMC

---

**Claudio Partes**  
Presidente